

## IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PROCESSO IDENTITÁRIO DOS SUJEITOS NA ESCOLA

Verônica Yasmim Santiago de Lima  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN  
veronicayasmimsantiago@hotmail.com

**RESUMO:** O processo identitário concebe na perspectiva da inclusão um viés da diversidade, nas representações e processos de constituição dos sujeitos que contempla as especificidades dos currículos escolares. Desse modo, partimos com intuito de contribuir na compreensão sobre a diversidade, inclusão e da singularização dos sujeitos, considerando-as como construções históricas, políticas e sociais inter-relacionadas acerca das práticas de inclusão. Temos por objetivo discutir a relação entre diversidade e inclusão na constituição do currículo escolar para o processo identitário dos sujeitos; analisar como a inclusão pode contribuir no processo formativo identitário dos sujeitos através do currículo escolar; identificar as contribuições e contradições dos pressupostos da Educação Especial no desenvolvimento do currículo escolar. Para tanto, realizamos uma pesquisa teórica, exploratória e bibliográfica com o aporte teórico de ABRAMOWICZ (2011); CANDAU (2012); FÁVERO, PANTOJA e MANTOAN, (2007); FREIRE (2003); GOMES (2007); MAZZOTA (2003); MARTINELLI (1999); SILVÉRIO; TRINIDAD (2012). Desse modo, acerca dessa perspectiva da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva o currículo deve ser pensado a partir dos saberes singulares, das práticas discursivas, dos sentidos e significados naquilo que toca o multiculturalismo. Portanto, no desdobramento na diversidade social, no relativismo cultural e na valorização de experiências intersubjetivas, ou seja, o currículo deve estar situado num determinado contexto de cultura, de relações e de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Currículo, Diversidade, Inclusão.

### 1. Introdução

A emergente realidade social que implica na educação considerar os aspectos da diversidade contemplados em um enfoque reflexivo. Tal proposta consiste em contemplar as relações étnico-culturais acerca das temáticas elencadas que perpassam a discussão indenitária, na tentativa de reconhecer os princípios da diversidade por meio da produção coletiva. Sendo, portanto, possível perceber assim as representações desenvolvidas pelos educandos e seus territórios através de seus discursos.

No tear da presente discussão acerca do processo de inclusão, em que este exige crítica e revisão de valores e crenças observados nas práticas educativas contempladas nos currículos escolares que permitem ressignificar as relações entre os sujeitos diversos, no exercício de acolhimento aos referenciais identitários e culturais; um processo de reconhecimento e respeito às diferenças em consonância ao exercício dialético de suas percepções da realidade.

A escola encontra-se fragmentada pelos elementos presentes em nossa sociedade, como a diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa, junto às relações de poder, em que a totalidade social preconizada pela sociedade em que os sujeitos são homogêneos, de uma falsa coletividade, oposta ao princípio do liberalismo, em que cada indivíduo assumi a sua emancipação. O caráter instável, a instabilidade provocada pelo próprio homem, de modificação em que a cultura dominante perde o valor de homogeneização e a condição pós-moderna trás o sentido da diversidade.

Na perspectiva emancipatória dos sujeitos, a diversidade aqui destacada baseia-se no humanismo pedagógico atribuído ao agir para ampliar a visão de mundo, referente a finalidades das ações, da experiência, da liberdade repesando assim os valores humanos e fomentar o bem-estar social.

Em vez de identidade/diferença, alteridade; em vez de cultura ou povo amigo/inimigo, mestiçagem; em vez de luz/trevas, penumbra; em vez de sujeito/objeto, acontecimento situado/interpretado; em vez de oralidade/silêncio, escrita; em vez de eternidade versus sucessão irreversível de percepções, tempo humano, êxtase do instante; em vez de história como sistema ou processo com sentido, história como texto sempre precária (DUQUE, 2000, p. 105).

Tal perspectiva implica na escola destina-se à construção de conhecimentos e de ampliação de valores, está necessita ter como objetivo contribuir para a modificação da sociedade no sentido de torná-la igualitária e democrática. Um ambiente democrático que deve visar à inclusão social de seus sujeitos, de modo que utilizem as possibilidades que as instituições e o Estado oferecem. Nesse cotidiano, a escola deve viabilizar a construção de cultura políticas e práticas inclusivas no processo identitário dos sujeitos.

Desse modo, os Parâmetros Curriculares Nacionais assegurando aos alunos com indicativos à educação especial o reconhecimento às “diferenças individuais”, portanto um trabalho diversificado dentro do mesmo currículo (BRASIL, 1998), o debate sobre currículo caminha no sentido de reduzir o que deve ser apreendido pelos alunos e a eles ensinado, muitas vezes, dando ênfase às limitações desses sujeitos.

Diante do cenário apresentado, emerge a nossa problemática “qual é a relação entre diversidade e inclusão na constituição do currículo escolar para o processo identitário dos sujeitos?”. As linhas dessa pesquisa encontram-se atreladas as bases legais da Educação, que incorporam nos currículos suas demandas, implicando seus objetivos nos processos educativos.



Desse modo, a presente pesquisa tem por objetivo geral discutir a relação entre diversidade e inclusão na constituição do currículo escolar para o processo identitário dos sujeitos. Tal estudo busca especificamente analisar como a inclusão pode contribuir no processo formativo identitário dos sujeitos através do currículo escolar e identificar as contribuições e contradições dos pressupostos da Educação Especial no desenvolvimento do currículo escolar.

## 2. Metodologia

A presente pesquisa pretende desenvolver um estudo teórico acerca da perspectiva da diversidade como prática inclusiva dentro das escolas, inclinando esse olhar aos processos identitários na contemporaneidade. Tal pesquisa refere-se a socialização dos resultados da disciplina de Educação Especial e Inclusão do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Para tanto, realizamos uma pesquisa teórica, exploratória e bibliográfica com o aporte teórico de ABRAMOWICZ (2011); CANDAU (2012); FÁVERO, PANTOJA e MANTOAN, (2007); FREIRE (2003); GOMES (2007); MAZZOTA (2003); MARTINELLI (1999); SILVÉRIO; TRINIDAD (2012).

Partindo desse estudo, teremos como objetivo de analisar como a inclusão pode contribuir no processo formativo identitário dos sujeitos, discutindo os conceitos com bases em leituras como as Charlot (2000) sugere que, melhor do que organizar escolas culturalmente diferentes, é receber a diversidade numa escola para todos. Segundo suas palavras, uma escola que faça funcionar, ao mesmo tempo, os dois princípios da diferença cultural e da identidade enquanto ser humano; os princípios do direito à diferença e do direito à semelhança.

Nas ideias de Forquin (1993), as culturas não são, pois, homogêneas, são portadoras de contradições e conflitos, daí a busca de “metavalores”, critérios de escolha fundamentais, que garantam a racionalidade e a universalidade na formação dos indivíduos. Veremos a partir de Freire (1996) o respeito à autonomia e à dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

De acordo com Goodson (1997, p.17), “[...] o currículo escolar é um artefato social, concebido para realizar objetivos humanos específicos”. Ainda segundo esse autor, o currículo orienta decisivamente a prática da sala de aula porque “[...] é o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares” (1997, p. 20).



O currículo, na perspectiva inclusiva, torna-se objeto de adaptações para atender à diversidade de crianças, jovens e adultos nas escolas. As adaptações curriculares para a educação especial, estão Glat, Oliveira e Pletsch, que propõem pensar e compreender a adaptação curricular como uma possibilidade de reestruturação do currículo comum nacional prescrito para todos os alunos, agora também orientado para os alunos com necessidades educacionais especiais, diferentemente do que ocorria em períodos anteriores, em que o currículo para esses alunos era totalmente diferente daquele oferecido aos demais. As autoras apontam um avanço no processo de escolarização desses sujeitos.

Para Glat (2007, 2008), a política de educação inclusiva demanda que a escola transforme concepções e práticas tradicionais de educação pautadas no déficit do aluno para uma concepção curricular flexível que se adapte às suas necessidades específicas e que propicie a aprendizagem e construção de conhecimentos.

O entendimento de que o professor hoje, não ocupa mais o lugar de centro e os alunos mera expectadores, aprendizes reprodutores de uma educação bancária. Os educandos hoje, detêm autonomia e direitos resguardados pelo Estatuto da Criança e Adolescente- ECA. (1990), que visa garantir escola, moradia e comida de qualidades. Nos propõe Gadotti (2003) e Morgado e Oliveira (2009) que a escola popular pode vir a ser possibilidade de uma educação democrática e emancipatória, pois garante que os educandos sejam respeitados e o professor mediador do ensino e aprendizagem, compreendendo os dois eixos distintos, cada um com um objetivo específico.

### **3. Resultados e Discussão**

O presente debate trata-se de uma perspectiva emancipatória dos sujeitos, em que este se baseia no humanismo pedagógico atribuído ao agir para ampliar a visão de mundo, referentes a finalidades das ações, da experiência, da liberdade repensando assim os valores humanos e fomentar o bem-estar social. Desse modo, partir do intuito de contribuir na compreensão sobre a diversidade, desigualdade e diferença cultural para considerando-as como construções históricas, políticas e sociais inter-relacionadas às formas de poder exercidas por sujeitos e grupos no interior das sociedades, acerca das políticas públicas na educação.

Trabalhar com a diversidade na escola não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança

hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla (GOMES, 2007, p. 22).

O estudo da diversidade trata-se do discurso da variedade do gênero humano, que pode ser considerada por meio de alguns aspectos do processo de constituição do sujeito e da ação social que são orientados acerca de um conjunto de tradições, crenças, formas de lazer, gostos, opiniões, costumes, em suma, um conjunto variado de fenômenos no qual investigam os modos de vida seja na abordagem política, ideológica e até mesmo psicológica que constitui o estudo da antropologia, em que veremos a presença da relação de poder, na dominação concretizada através da concepção da cultura e da política em nossas sociedades.

Sacristán (2001, p. 83) sinaliza que

[...] é necessária uma estrutura curricular diferente da dominante e uma mentalidade diferente por parte de professores, pais e alunos, administradores e agentes que confeccionam os materiais escolares. Essa mentalidade, essa estrutura e esse currículo têm que ser elaborados e desenvolvidos [...] para fazer da escola um projeto aberto, no qual caiba uma cultura que seja um espaço de diálogo e de comunicação entre grupos sociais diversos.

A discussão sobre a emancipação é decorrente do contexto social pós-moderno do papel de resistência atribuído nesse período aos sujeitos, em que a função da escola deve pautar na condição de formadora e não de (in)formadora, em que a escola deve ser um espaço de se fazer educação, de ambientes em que as habilidades e disposições morais de cada um de seus membros, um desafio que se completa por uma relação dialética da cultura no atendimento da diversidade dos sujeitos que compõe as sociedades e da função da educação liberal.

Desenvolvimento conjunto da individualidade e da sociabilidade do aluno, tomado como personalidade independente e não como um ser automaticamente restrito a um setor étnico, a uma crença religiosa ou a uma determinada concepção de mundo (NASSIF, 1968, p. 7).

O desenvolvimento humano é algo complexo, é neste processo que a cultura tende a influenciar na subjetividade humana, em que esta partir das inclinações que compõe nossa identidade, ou seja, o debate sobre diversidade também representa o debate

identitário cultural na escola, que corresponderá aos aspectos diversos da constituição dos sujeitos atentando a complexidade da vida individual, familiar e social.

Ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Assim como a diversidade, nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, ela é negociada durante a vida durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros (GOMES, 2007, p. 22).

Em meio a essas implicações o currículo escolar recebeu novas atribuições dentre elas surge a contribuiu no processo identitário para a desconstrução de “representações ou “estereótipos” sobre a multiplicidade dos sujeitos, abrindo espaços para as relações dialógicas transpassando as relações de poder do “sistema de exclusão”.

Segundo Gomes (2006 apud GOMES, 2007, p.23).

O currículo não está envolvido em simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdos. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas.

Com base no multiculturalismo e nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) o tema da identidade nacional, do ponto de vista dessa “unidade”, alinhavando-se no velho clichê de que o nosso povo é “formado” basicamente por três raças: branco, índio e negro. No entanto, os currículos que deveriam promover a valorização da diversidade continuam a produzir e a preservar divisões e diferenças, reforçando a situação de opressão de alguns indivíduos e grupos.

A produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade. Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos. As reflexões do autor nos sugerem que é preciso ter consciência, enquanto docentes, das marcas da diversidade presentes nas diferentes áreas do conhecimento e no currículo como um todo: ver a diversidade nos processos de produção e de seleção do conhecimento escolar (GOMES, 2007, p. 24).

Nesse sentido, as relações entre cultura, poder e significação constituem um nexo crucial para o entendimento das dinâmicas sociais e dos mecanismos institucionais



responsáveis pela produção de discursos e de práticas culturalmente “recomendadas” e, também, as políticas educacionais, o processo de produção do conhecimento encontra-se empregando por diversas vezes expressões de apelo à convivência harmoniosa entre raças, culturas e etnias e à tolerância aos diferentes.

É nesta realidade onde o pensamento “pós-moderno” pretende compreender o processo de globalização e individualização, tendo eles uma tênue semelhança, assim como o termo homogêneo e heterogêneo, onde prevalece o saber da racionalidade, e que surgem outras questões como a ênfase na subjetividade sistemática da educação e na Pedagogia, das quais devem se valer no individual e na singularidade de cada pessoa, como a história de vida, os sentimentos e os valores do sujeito que serão construídos no individual e social.

O conhecimento e o currículo escolar, na perspectiva contemporânea, colocam os saberes experienciais decorrentes da vida cotidiana, da cultura, das subjetividades como base de sua formulação. Quando se pensa num currículo numa perspectiva pós-moderna, pensa-se como são construídos os saberes particulares, quais práticas discursivas constroem os sentidos que as pessoas dão às coisas. Destacam-se, nesse quadro, as questões do multiculturalismo, desdobradas na diversidade social, no relativismo cultural, na valorização de experiências intersubjetivas.

#### **4. Conclusões**

A diversidade vai além do que o conjunto de diferenças, pois envolve a construção histórica, social e cultural das diferenças, sendo que as formas e as relações de poder estão ligadas aos processos de dominação e ressalta que ao falar sobre diversidade não podemos desconsiderar a construção das identidades, os contextos das desigualdades e das formas de resistência.

A escola, as suas lógicas, organização espacial e temporal referentes a discussões internas à escola, resultados da inter-relação entre escola, sociedade e cultura e também escola e movimentos sociais. Sendo que ao assumir a diversidade a escola volta-se contra todas as formas de dominação, em que ressalta que muitas iniciativas já vêm sendo realizadas com êxito, realizadas por profissionais de diversas Secretarias Estaduais e Municipais de educação e também por gestores de escolas que entendem que o direito à educação é um direito de todos, sendo assegurado o direito à diferença.

Assim como no ensino comum, entre as dificuldades encontradas para a implementação de currículos mais inclusivos, as mais desafiadoras referem-se à formação

de professores para trabalhar na educação inclusiva: falta de debates político-educacionais sobre a situação real da inclusão; carência de vivências individuais e coletivas que promovam a inclusão; necessidade de atividades diversificadas que propiciem o atendimento à diversidade; e debate e consenso possíveis para se operacionalizar e construir um currículo inclusivo.

A partir de nossas análises, a inclusão com foco na diversidade trata-se do respeito recíproco entre diferentes grupos identitários acerca do paradigma da diferença, baseada em princípios éticos que vê na alteridade, no direito à liberdade da diferença, elementos que anseiam combater a discriminação e a exclusão dos sujeitos.

Neste sentido, a valorização da diversidade e a inclusão dos sujeitos diversos nos currículos escolares devem ser uma constante no processo de desenvolvimento de qualquer pensamento, pois é dela que a inovação pode florescer e nos propiciar grandes avanços, seja na conservação da tradição ou na condição humana como um todo.

## 5. Referências

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. **A diferença e a diversidade na educação.** *Contemporânea*, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais para o Ensino Fundamental.* Brasília/Secretaria de Educação Fundamental: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008.

CANDAU, Vera Maria F. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos** In: CANDAU, Vera Maria F.; (Org.). *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

CHARLOT, Bernard. **Globalização e educação.** Texto de Conferência no Fórum Mundial de Educação, 2000.

DUQUE, Félix. **A pele humana da palavra.** In BORGES-DUARTE, Irene et. al. (Org.). *Texto, leitura e escrita. Antologia.* Porto: Porto Editora, 2000.

FÁVERO, Eugênia Augusta G. PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especial: Aspectos legais e orientações pedagógicas.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2003.

GLAT, R. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007.

GOODSON, I. F. **A Construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2008.

MAZZOTA, M. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003. In: COSTA, G. R., COSTA, P. K. L. N. **Educação inclusiva no ensino médio público**: avanços e perspectivas no município de Mossoró, 2011.

MORGADO, Catarina e OLIVEIRA, Isabel. **Mediação em contexto escolar**: transformar o conflito em oportunidade. EXEDRA, 2009, p.43-55.

NASSIF, Ricardo. *Dewey: Supensamiento pedagógico*. Buenos Aires (Arg.), Centro Editor de América Latina, 1968.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental**: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação). UERJ: Rio de Janeiro, 2009.

SACRISTÁN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T da; MOREIRA, A. F. **Territórios contestados**: o currículo e novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B.S. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997 In: COSTA, G. R., COSTA, P. K. L. N. **Educação inclusiva no ensino médio público**: avanços e perspectivas no município de Mossoró, 2011.